

No dia 15 de Novembro, durante um almoço de homenagem a um destacado democrata de Braga, Dr. Victor de Sá, mais de 500 oposicionistas, representando muitos distritos do país expressaram a necessidade duma ampla unidade democrática para levar por diante a conquista das liberdades fundamentais e fazer caminhar a Nação pela via do Progresso e da Democracia.

Além de se ter resolvido enviar: um telegrama ao Pres. do Conselho repudiando o processo criminal levantado contra o escritor Aquilino Ribeiro, um telegrama ao Pres. da

República sobre o mesmo assunto e em que se reclama a imediata integração dos professores afastados por motivos políticos, uma mensagem de saudação ao General Humberto Delgado e outra ao Embaixador do Brasil Alvaro Lins, assinada por todos os presentes, foram aprovadas unanimemente e aclamadas a proposta feita pela Dr.^a Maria Isabel Aboim Inglês para que fosse assinada pelos portugueses uma Declaração em defesa da libertação para todos os presos políticos e contra os processos de repressão política, e uma proposta, apresentada pelo Dr. Manuel Seratório, sobre a comemoração do 51 de Janeiro e a imediata organização dum movimento de oposição com vistas aos próximos actos eleitorais.

Esta importante Assembleia, cuja realização teve o aplauso de toda a Oposição, abriu o caminho para se organizarem imediatamente Comissões em todas as terras. Para já essas Comissões de-

(continua na 2.ª pág.)



O camponês

ORGÃO DOS CAMPONESES DE PORTUGAL

CHEGOU O MOMENTO DE LUTARMOS DECIDIDAMENTE POR UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO



Operários agrícolas!
Homens, mulheres e jovens!

Hoje mais do que nunca se impõe passarmos a lutar energeticamente por um contrato colectivo de trabalho que defenda a nossa mais premente aspiração: **um salário mínimo compatível com o actual custo da vida e garantido durante 6 dias por semana.**

Hoje assistimos à rápida mecanização da agricultura e com ela verificamos o agravamento constante e assustador da nossa já de si tão grave situação económica.

Através da luta pelas sementeiras mondas, ceifas, etc., temos feito subir as nossas jornas, mas passadas 3 ou 4 semanas, elas voltam para as jornas de fome de 17 e 18\$00 para os homens e 8 e 9\$00 para as mulheres. Isto acontece porque não temos um contrato que assegure numa base mínima os nossos salários.

Por outro lado passamos semanas, meses e meses, sem ter onde empregar a força dos nossos braços, sem ganhar o pão de cada dia embora em muitos lados vejamos grandes propriedades incultas ou anos e anos de pousio, sem serem aproveitadas.

E em resposta às nossas justas reclamações por trabalho, assistimos a um jogo de empurra entre os grandes agrários e as Câmaras. Aqueles não nos querem dar trabalho e empurram-nos para as Câmaras. Estas desculpam-se que não têm verba. Nas Casas do Povo, dependentes dos grandes agrários, dizem-nos que nada podem fazer, enquanto nos nossos lares passamos privações e sofrimentos.

O governo de Salazar e os grandes agrários criaram-nos uma situa-

ção que não podemos suportar. Se esta situação continuar correm cada vez mais perigo a saúde e a vida, tanto nossa como dos nossos filhos. Nós que trabalhamos a terra e arrancamos dela o pão, as batatas, o arroz, etc., somos vítimas duma cruel exploração e não temos para nós, aquilo que fornecemos aos outros.

Apesar de sermos trabalhadores absolutamente necessários para a economia nacional, não temos quaisquer garantias no trabalho. Não temos salário mínimo, não temos horário de trabalho, não temos abonos de família, não temos assistência médica, não temos férias, etc.

Toda esta situação mostra que é necessário levantarmos-nos em massa, imediatamente, contra um tal estado de coisas.

A BATALHA NÃO VAI SER FÁCIL

A obtenção dum contrato colectivo de trabalho não vai ser tarefa fácil para nós e é bom que todos tenhamos isso bem em conta.

O governo de Salazar e os grandes agrários fascistas são inimigos dos trabalhadores. Nós vemo-los em grandes passeatas e jantarradas, nada lhes falta; mas medidas para solucionar a nossa situação de fome é que não vemos. Em resposta aos nossos tão justos pedidos o que recebemos é a repressão, é as balas da sua guarda e policia.

Eles, habituados a roubarem-nos e a explorarem-nos tão intensamente, não vão ceder com facilidade. Vão fazer uma resistência feroz, vão recorrer a tudo que estiver ao seu alcance, recorrerão à GNR à PSP e especialmente à PIDE, policia de criminosos, no sentido de impedir e quebrar a nossa luta.

Mas nós somos centenas de mi-

lhares, e unidos e organizados somos mais fortes do que eles.

Devemos ser unidos e firmes frente às forças repressivas. Devemos mostrar aos homens sérios da GNR e PSP a exploração de que somos vítimas, a nossa vida de sofrimentos, que as reivindicações que pedimos são justas e humanas e que não constitui nenhum perigo a sua satisfação. Devemos mostrar-lhes que não nos podemos deixar morrer à fome. E não deixaremos!

COMO VAMOS COMEÇAR?

Devemos começar desde já a fazer reuniões de trabalhadores, homens e mulheres, para discutir como actuar, como esclarecer, como unir e organizar os trabalha-

(continua na 2.ª pág.)

A REVISÃO DO SISTEMA DE ARRENDAMENTO DA TERRA

Deve ter por objectivo

Melhorar a situação dos rendeiros

Não se cançam os governantes salazaristas, nos diplomas que publicam, nos discursos que fazem, em toda a sua propaganda, de apresentar as grandes obras e resoluções tomadas para defender e fazer progredir a agricultura portuguesa.

Entretanto a realidade não se pode esconder com palavras. Todos os agricultores conhecem bem o resultado das «grandes obras de rega», do «importante plano de revestimento florestal», da «larga acção da Junta de Colonização Interna», etc., etc.

Agora com o II Plano de Fomento volta a falar-se no emparcelamento das pequenas propriedades do Norte do País e no parcelamento das grandes propriedades do Sul, que estejam à venda.

Esta decisão de comprar terras que algum latifundiário interesse vender ou limita o parcelamento a praticamente nada ou torná-lo impraticável pelo preço imposto pelo latifundiário. Como tantas outras «medidas», esta não trará também qualquer benefício à agricultura, mas talvez beneficie algum grande proprietário interessado num bom negócio.

Também foi publicado recentemente («Seculo», 21-XI) um projecto de proposta de lei sobre o arrendamento da propriedade rústica.

É verdade que tal projecto, onde fica clara a grande percentagem de terra arrendada, obriga a um prazo de arrendamento de 6 anos e isso interessa à defesa da terra. Mas no problema fundamental dos rendeiros, isto é, dos que na verdade trabalham a terra, não toca este projecto de diploma. Bem ao

contrário.

Na medida em que a renda passa a ser estabelecida em géneros de produção corrente, «sistema que oferece a vantagem de a conservar actualizada» (como diz o diploma) nem a constante depreciação da moeda pode ser aproveitada pelo rendeiro para ver diminuir um pouco o alto preço que paga pela terra.

E era na verdade esta questão - a da diminuição da renda - que todos os rendeiros gostariam de ver levantada e resolvida.

Em todo o projecto de proposta de lei transparece a preocupação da defesa dos interesses do proprietário da terra que a não quer ou não sabe trabalhar, e não os interesses de quem na verdade, a trabalha.

Também embora se afirme que a renda da pequena propriedade «ultrapassa o que seria razoável», nada se legisla no sentido de acabar com essa situação, causa importante da verdadeira miséria em que vivem os pequenos rendeiros.

Isto significa que, como sempre o governo propaganda a «sua obra», mas a situação continua sempre na mesma, ou antes, sempre pior.

Em relação aos rendeiros, a discussão deste novo diploma poderia servir para que algumas acções fossem levadas a cabo, enviando à Assembleia Nacional cartas ou exposições colectivas que levantem os verdadeiros interesses dos rendeiros.

Só pela sua unidade e através da defesa firme das suas justas aspirações, poderão os rendeiros encontrar o caminho para a solução dos graves problemas que os atermam.

LUTEMOS CONTRA A REPRESSÃO

Informamos no nosso último número sobre o belo exemplo de luta contra a repressão que o povo do Couço deu com a recolha de 1.650 assinaturas a reclamar ao Tribunal Pleno de Lisboa a absolvição do democrata Joaquim José Dias.

Pouco tempo antes tinham sido recolhidas 900 assinaturas para pedir a absolvição do mesmo democrata em relação a outro julgamento em Montemor-o-Novo. Isto mostra que, tirando lições da primeira recolha de assinaturas, foi possível quase duplicar o número de pessoas que tomaram posição contra os processos repressivos.

Nesta acção, como em tantas outras que se têm realizado contra a repressão, têm sempre lugar destacado as mulheres que, no Couço, deram boas provas de abnegação e de firmeza. Igualmente tem im-

portância interessar as pessoas de família dos presos na luta geral pela Amnistia.

Em outras terras, como Vale de Vargo, Baleizão, Benavila, etc., também se podem e devem recolher assinaturas em defesa dos operários e operárias agrícolas que estão presos.

Além disso, todos os camponeses e em especial as mulheres, devem lançar-se numa recolha maciça de assinaturas para a Declaração que foi aprovada e assinada na Assembleia Democrática de Braga.

Se por todos os lados se organizarem Comissões pela Amnistia e contra a Repressão e actuarmos como se fez no Couço, o salazarismo, ante uma acção tão ampla, terá de recuar no ambiente de terror que impôs ao nosso povo e à Nação.

CARTA DUM AGRICULTOR DE CORUCHE

Li há pouco tempo, pela primeira vez, "O Camponês". Não o conhecia e ele já existe há 13 anos!

É bem verdade que só com muito custo se podem defender as nossas razões. Por isso "O Camponês" é perseguido e é tão difícil encontrá-lo e lê-lo. Mas é preciso que ele continue e chegue cada vez mais a outras mãos.

E estou de acordo em que deve trazer o que mais nos preocupa. Por isso é que escrevo para contar que este ano, pelo menos no meu concelho (Coruche), tivemos que pagar logo o trigo que levávamos para semear. Além disso não nos deram o que pedimos mas o que nos quizeram dar.

Estas novas medidas estão a prejudicar muito os pequenos produtores de trigo. As dificuldades já eram tantas e cada vez a situa-

ção está pior.

Pego que "O Camponês" apele para todos os agricultores prejudicados para se unirem e protestarem contra estas coisas que tanto mal nos causam.

Um agricultor

ELE LÁ SABE O QUE TEM FEITO

Um médico que fazia serviço no posto clínico do Fêso (Couço), porque tal serviço não lhe interessava, foi fazer a sua entrega à Casa do Povo do Couço.

Quando lá entrou foi recebido por um indivíduo que, de pistola em punho, lhe perguntou o que queria. O médico, deveras alarmado, indentificou-se e recebeu depois de desculpas do tal indivíduo que lhe explicou que tinha feito aquilo "porque tenho de ter cautela, pois este povo traz-me alvejado".

Tratava-se do presidente da Junta de Freguesia do Couço, Manuel Azevedo Leitão, que está ao serviço da PIDE e constantemente provoca os trabalhadores, ameaça-os,

POR UM CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

(continuação da 1ª pág.)

dores rurais.

Nestas reuniões devemos tomar medidas para serem eleitas comissões, de homens e mulheres, para orientar e dirigir a nossa acção.

Devemos depois ir às localidades onde possamos estabelecer contactos para aí divulgarmos o que se pretende de modo a também nessas localidades se realizarem reuniões que unam os trabalhadores na luta pelas suas mais prementes aspirações.

Estes serão os primeiros passos para podermos lançar junto das Casas do Povo e autoridades, uma intensa campanha de reclamação de um contrato colectivo.

CONTINUAMOS A LUTA CONTRA O DESEMPREGO

As recentes lutas travadas em alguns locais contra o desemprego mostram como é possível conquistar trabalho, desde que nos unamos e mostremos firmeza na luta.

Precisamos é de alargar essa luta a todas as freguesias dum concelho para aumentar a nossa força e podermos fazer concentrações mais numerosas e fortes.

Se não nos quizerem dar trabalho temos de procurar onde há possibilidades de trabalhar. Agora que o governo, demagógicamente, fala na compra de algumas propriedades para as dividir, devemos

POR UM RECENSEAMENTO

(continuação da 1ª pág.)

vem preocupar-se particularmente com as operações de recenseamento que começam no dia 2 de Janeiro de modo a poderem esclarecer e levar ao recenseamento todos os cidadãos com direito a voto.

Ante as dificuldades e arbitrariedades que em muitas Juntas de Freguesia de certo aparecerão, com o objectivo de impedir um recenseamento correcto, é necessário unir os cidadãos para protestar e exigir o que é, simplesmente, o cumprimento da lei.

A luta por um recenseamento correcto é uma luta necessária, que exige paciência e muita persistência e firmeza. Ela é também o primeiro passo para a luta eleitoral que se avizinha.

Formemos Comissões para o recenseamento!

Criemos Postos de recenseamento onde expliquemos como se procede!

Levemos todos os cidadãos com direito a voto a inscreverem-se nos cadernos eleitorais!

reclamar a compra pelo Estado das propriedades que não estão sendo cultivadas pois aí encontraríamos onde empregar a força dos nossos braços.

Igualmente se não tivermos pão e não nos quizerem dar trabalho, devemos ir buscar o pão onde o houver desde que o façamos sempre colectivamente.

O que não podemos é morrer de fome nem ver os nossos filhos sem pão.

Lutemos, por todo o lado e bem unidos, contra o desemprego.

Lutemos, por todo o lado e bem unidos, por um contrato colectivo que nos garanta uma jorna mínima e 6 dias de trabalho por semana.

A REFORMA AGRÁRIA EM CUBA

Na impossibilidade de mandarmos a Cuba um delegado do nosso jornal para conhecer e relatar aos nossos leitores as transformações agrárias que o novo governo cubano está realizando, deixamos aqui o resumo duma conversa com alguém que conhece bem o assunto.

—Chegam até nós várias informações sobre uma reforma agrária em Cuba. Pode-nos dar uma ideia simples do que se trata?

—É com todo o gosto que, em traços gerais, posso descrever o que se está passando no campo cubano.

Antes de mais é necessário ter uma ideia de como estava dividida a propriedade. Segundo o recenseamento de 1946 (o último que foi feito), 2.336 proprietários possuíam 317.000 «caballerias», ou seja, mais de 4.250.000 hectares (1 «caballeria» é igual a 13,43 hectares, e 110.000 proprietários possuíam 76.000 «caballerias», sem contar com 62.000 propriedades com menos de 0,75 «caballerias». Em percentagem estes números dizem-nos que 1,5% de grandes proprietários possuíam 46% das terras e 70% de pequenos e médios proprietários possuíam só 12% das terras.

Sómente 5 companhias dos Estados Unidos ocupavam 671.500 hectares.

Como se sabe a existência do latifúndio não só impede bons rendimentos agrícolas como o aproveitamento de muitas terras aráveis. E a pobreza existente nos meios rurais em virtude disso, não pode contribuir para o desenvolvimento do mercado interno impossibilitando assim o progresso da economia nacional.

—Quer dizer que a Reforma Agrária legislada em Cuba vai ter

LUTA POR MELHORES JORNAS NA AZEITONA

As informações que colhemos sobre as lutas na apanha da azeitona dizem-nos que na zona de Montemor-o-Novo e Viana conseguiram-se 21 e 22\$00 para os homens e 11 e 12\$00 para as mulheres. Em Borba os homens chegaram a 22\$00. Em Aviz conseguiram 25\$00 e as mulheres 18\$00. Os 100 litros de empreitada eram pagos aqui a 30\$00.

Na região de Aviz um proprietário chamado Dias não queria pagar 17\$00 a um racho de mulheres mas estas negaram-se a trabalhar por menos e o proprietário teve de dar a jorna pedida.

O grande agrário e industrial António Madeira queria dar só 10\$00 a um rancho de mulheres para apanhar azeitona numa sua propriedade em Silves. Como as mulheres exigissem 12\$00 o rico antes quiz dar a azeitona ao gado.

Estas jorna são todas muito baixas e elas explicam-se porque o desemprego é muito grande e ante a miséria, quando há possibilidade de ganhar uma jorna, não se olha quase ao seu valor.

Por isso é que é necessário unirmo-nos mais para podermos seguir o exemplo dos que defendem corajosamente a conquista duma jorna.

AJUDEMOS O NOSSO JORNAL

Façamos com que o nosso jornal chegue às mãos de todos os camponeses.

Informemos o nosso jornal sobre a nossa vida e a nossa luta.

Ajude-mos com dinheiro o nosso jornal para ele se desenvolver e melhorar.

Façamos de "O Camponês" o verdadeiro órgão dos camponeses de Portugal.

CARTA DUM OPERÁRIO AGRÍCOLA

O agrário António de Xavier Amaral, que tem uma propriedade nos Cachopos (entre Monte Novo do Sul e Montalvo, perto de Alcaer) é um verdadeiro carrasco para os pobres camponeses que trabalham para ele.

Nesta herdade pagam a 16\$00 aos homens e a 10 e 11\$00 às mulheres, e ainda torturam os trabalhadores fazendo-os trabalhar mais do que a conta devida e ainda lhes descontam por cada semana um dia do seu miserável salário para os trabalhadores não poderem deixar o trabalho. Diz que só

dá este dinheiro quando acabarem o serviço e quem abala antes não o recebe, chegando a ameaçar com a GNR.

Na Torrinhã, que fica perto e pertence aos Neves Herdeiros passa-se o mesmo.

Temos que nos unir e lutarmos por melhores jorna como fizeram os homens que trabalhavam para o Joaquim Nuncio. Ganhavam 18\$00 e lutaram por 20\$00 conseguindo-os conquistar graças à sua valente firmeza.

Um camponês

GES
PCP

influência também no desenvolvimento do país?

—Exactamente. O governo revolucionário de Fidel de Castro quer reformar radicalmente o regime agrário de Cuba.

Em virtude dessa lei latifúndio é proibido. A propriedade da terra é limitada a 30 «caballerias». As terras que excedem esta superfície serão expropriadas e repartidas entre as famílias camponesas e de operários agrícolas.

150 mil rendeiros, parceiros, colonos, que trabalham a terra dos latifundiários, e 500 mil operários agrícolas que passam a maior parte do ano sem trabalho, são os primeiros beneficiários desta repartição. Cada um receberá um «mínimo vital» que é, por exemplo para uma família de 5 pessoas, 2 «caballerias» de terra fértil, não irrigada e distante dum centro urbano. Os pequenos proprietários receberão o que lhes falte para completar o mínimo vital.

Têm preferência na repartição os combatentes do exército libertador, os membros dos corpos auxiliares desse exército, as vítimas da guerra ou da ditadura e as famílias dos que morreram em luta contra a ditadura.

Os proprietários que forem expropriados receberão uma indemnização em títulos do Estado reembolsáveis em 20 anos.

A lei da Reforma Agrária inclui ainda o auxílio à formação de cooperativas de produção, que permitirão melhorar muito o rendimento agrícola.

—Qual é o apoio que essa reforma recebe dos camponeses?

—Para a grande massa dos que trabalham no campo a realização

da Reforma Agrária é um verdadeiro sonho. Não admira que o seu apoio ao governo que a legislação seja firme e combativo. Aliás foi no campo que foi recrutada a maior parte dos combatentes do Exército de Libertação.

Mas, como se reparará, os próprios latifundiários permanecerão ainda com grande extensão de terra. Não ficarão arruinados, bem longe disso. Só uma ínfima minoria será assim prejudicada nos seus interesses injustos, reacçãoários e anti-nacionais. Especialmente atingidos são os capitalistas estrangeiros a quem fica expressamente proibida a propriedade, mesmo em acções de sociedades anónimas, de qualquer plantação de cana de açúcar, a grande riqueza de Cuba que se encontrava nas mãos dos imperialistas.

—A lei da Reforma Agrária em Cuba deve ser um exemplo para todos os países em que a existência dos latifúndios e dos restos de economia feudal está a entravar o progresso do país, não é assim?

—Isso sucede em todos os países da América Latina. Em todos eles, para arrancar milhões de operários agrícolas e camponeses da miséria e para que as suas economias nacionais possam acompanhar o desenvolvimento económico de outros países mais avançados, é necessário realizar uma Reforma Agrária que acabe com os latifúndios, que dê a terra a quem a trabalha.

—E assim terminou esta nossa conversa que terá, de certo, interesse para os nossos leitores, pois o que se passa em Cuba é também um exemplo para nós, onde uma profunda reforma agrária se torna cada vez mais instantânea.